

'Fantasma' da saúde recebeu R\$ 1 milhão

WILSON TOSTA

Uma empresa sem sede desde 1993 e quase falida — a VRio Indústria e Comércio — recebeu em 28 de dezembro de 1994 mais de R\$ 1 milhão do Fundo Nacional de Saúde para fornecer equipamentos médicos às Santas Casas de Misericórdia de Bom Jardim e de Barra Mansa, no interior fluminense. Outra firma, a NarcoRio Comércio, Representações e Serviços, do mesmo empresário, Valério Dal Prá, forneceu em janeiro à instituição de Bom Jardim R\$ 400 mil em produtos hospitalares a preços até 536% mais caros que os pagos pelo Hospital Pedro Ernesto. As

operações foram apontadas como suspeitas em auditorias do Ministério da Saúde. O empresário contestou as acusações.

Em um galpão na Rodovia Washington Luís 5635, Duque de Caxias, a VRio montava ambulâncias, deixando, ao sair do local, um rastro de dívidas com clientes e empregados. Das três notas fiscais das operações com as duas Santas Casas, constam vendas de equipamentos médicos: aparelhos de anestesia, respiradores, sondas endotraqueais etc. Da antiga sede da NarcoRio, na Rua Japeri 36, no Rio Comprido, a empresa foi despejada em janeiro, porque o empresário, segundo disse, não concordou em passar o aluguel de R\$ 1

mil para R\$ 2 mil.

Oscar Pinta, proprietário da Pinta Móveis, localizada no mesmo terreno onde ficava a VRio, recordou os problemas financeiros do vizinho:

— Ele quebrou aqui. Precisou até vender o carro e a moto para pagar dívidas.

O deputado federal Alexandre Cardoso (PSB-RJ), que solicitou a realização de auditorias no FNS, afirma que a NarcoRio superfaturou preços de produtos vendidos à Santa Casa de Bom Jardim. Ele se baseia em pesquisa de preços feita pelo Hospital Pedro Ernesto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O maior percentual de diferença foi nos preços de sondas gástri-

cas: enquanto a Uerj pagou R\$ 0,11 a unidade, a Santa Casa de Bom Jardim, com dinheiro a fundo perdido do FNS, pagou 0,70, 536% mais. Há outras diferenças, sempre com prejuízo do dinheiro público usado pela Santa Casa: soro glicosado (R\$ 0,39 contra R\$ 2,20); soro fisiológico (R\$ 0,33 contra R\$ 1,85); bolsa de colostomia (R\$ 2,25 contra R\$ 6,60); absorvente higiênico (R\$ 2,05 contra R\$ 7,80); esparadrapo (R\$ 1,35 contra R\$ 5,00); e compressa de gaze (R\$ 3,79 contra R\$ 12,45). As vendas foram em 6 de janeiro de 1995.

Dal Prá disse trabalhar no ramo há 12 anos:

— Forneço o melhor. Pode até ser um pouco mais caro.

Deputado pede inquérito sobre fraudes

O deputado federal Alexandre Cardoso (PSB-RJ) solicitou à Procuradoria-Geral da República a abertura de inquérito para investigar fraudes e superfaturamento no uso de verbas concedidas a fundo perdido ano passado pelo Fundo Nacional de Saúde. O parlamentar — que solicitou a decretação da indisponibilidade de bens dos envolvidos — apontou quatro casos de irregularidades: na Secretaria estadual de Saúde do Rio, na Santa Casa de Misericórdia de Barra Mansa, na Santa Casa de Misericórdia de Bom Jardim e na Associação

Hospitalar de Bauru (SP). Nos quatro casos, auditorias feitas pelo Ministério da Saúde a pedido de Cardoso encontraram indícios de ilegalidades.

No caso das Santas Casas, o Ministério estranhou que, apesar de ficarem a 300 quilômetros entre si, as duas tenham como principal fornecedor a mesma firma — a VRio Indústria e Comércio. Procurado insistentemente pelo GLOBO por dois dias, o provedor da entidade, Jano Strauss Leonardo, não falou sobre o assunto.